

PRIMEIRA PARTE

PLANO DE ESTATUTOS ²

— O zelo e amor da patria, animado com o louvor e beneplacito de Magestade, estabelece em Lisboa, á imitação de todas as Academias cultas da Europa, a Academia de Sciencias, consagrada á gloria e felicidade pública, para o melhoramento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciencias e das Artes, e augmento da industria Popular.

«II.— Como a observação e o cálculo são os caminhos que conduzem mais seguramente ao conhecimento da natureza, e a base das Sciencias, a que a Academia se dedica, *serão os Academicos destinados para ellas repartidos em duas classes*: os da primeira investigarão a qualidade, leis e propriedades dos corpos por meio da observação e da analyse, os effectos e novas propriedades que resultão da combinação de huns com outros, e o *como e por que* dos phenomenos naturaes; e ficará para os da segunda o *quanto* delle, e as relações e propriedades da grandeza, tanto em geral como em particular. As Bellas Artes, e a Musica, serão igualmente indispensavel da Instrucção Nacional, fôrta e vigorosa, e de

¹ Recordações de Jacome Ray...

Desenvolvimento das ciências na Academia Real: o Plano de Estatutos como norteador do conhecimento português

Marina Galvão Prezotti

Resumo: Em 1780 é criada em Portugal a Academia Real das Ciências de Lisboa, que a exemplo de outras nações buscava a promoção de um novo saber científico, uma “nova ciência”. A criação e efetivação desses novos locais de produção científica seguiam regras e modelos que variavam de acordo com o contexto em que emergiam. No que concerne a Academia portuguesa, suas linhas programáticas encontram-se em seu Plano de Estatuto, e é através dele que podemos discutir como se dava a organização desse ambiente intelectual luso e como essas regras refletiam a estrutura social, política e econômica do período.

Palavras chave: Academia das Ciências; Utilitarismo ilustrado; Plano de Estatutos; Século XVIII.

Os séculos XVI e XVII, na Europa, representaram marcos na emergência de uma nova forma de se enxergar o mundo, dessa forma vê-se um processo de mudança no quadro intelectual europeu. Verifica-se o surgimento de uma “nova ciência”, cujas características estão pautadas em uma relação questionadora com a natureza e seus fenômenos, assim como na experiência e na racionalização. Com isso, emerge nesse cenário instituições voltadas a produção de um saber científico que contrapunha aos dogmas e crenças tradicionais (SOARES, 2001, p.17).

As academias e sociedade científicas tornaram-se veículos privilegiados na organização e produção dessa “nova ciência”, estas “foram criadas em diversas nações europeias, tendo como fundamento a investigação, promoção, aplicação e divulgação dos novos conhecimentos técnicos e científicos (MERLO, 2015, p.52). Segundo Silva (2015) esses locais funcionaram como esferas de institucionalização e profissionalização da ciência, fazendo a articulação desta com os contextos sociais em que era produzida.

Seguindo o modelo dessas novas instituições de conhecimento, é criada em 24 de dezembro de 1779, com apresentação pública em 4 de julho de 1780, a Academia Real das Ciências de Lisboa que se objetivava a estimular as produções científicas e transformar as reflexões advindas desses novos saberes em objetos de grande consumo, que resultassem em ações práticas no âmbito econômico e social dentro do reino. Fundada no período do governo Mariano, a academia surge a partir de uma elite intelectual que possuía ligações com o poder político português, e se encaixa em um período marcado pela queda do Marquês de Pombal e momentos finais do Antigo Regime (SILVA, 2015). Não obstante, o Duque de Lafões – membro fundador da academia- teria feito triunfar um projeto que já vinha sendo constituído por intelectuais principalmente ligados a Faculdade de Filosofia, pertencente a Universidade de Coimbra. Dessa forma, segundo Cardoso (1988, p.53) a Academia Real das Ciências de Lisboa está ligada a medidas de reformas educacionais advindas do período pombalino, diferentemente de representar uma ruptura ela se apresenta como um meio de diálogo e compartilhamento de saberes com a Universidade de Coimbra.

Com a disseminação dessa “nova ciência” diversas nações passaram a investir na criação dessas academias de caráter científico e para tanto tomavam como padrões os modos de produção e organização de organizações pioneiras nesse processo. Vale ressaltar na inicial promoção dos conhecimentos voltados ao saber científico as instituições, Collegium Naturae Curiosum, em Schweinfurt, na Alemanha (1651); Accademia del Cimento, em Florença (1657); Royal Society, em Londres (1660) e Académie des Sciences, em Paris (1666) (MARQUES, 2005, p.40). Entretanto, mesmo seguindo modelos pré-existentes, uma diferenciação programática marcava a natureza e o perfil das academias, cujas regras apresentam sinais dos contextos sociais e culturais em que elas emergiam (SILVA, 2015). A análise dessa estrutura burocrática das academias se faz importante para traçar como as linhas programáticas definiam e organizavam as produções da instituição, e como estas regulamentações refletiam aspectos de âmbitos sociais, políticos e econômicos da sociedade que estava inserida.

No que se concerne a Academia Real das Ciências de Lisboa, suas linhas programáticas

foram desenvolvidas em seu Plano de Estatutos, cuja versão inicial é datada de 1780, além de assentos complementares derivados das modificações que o estatuto foi passando ao longo do desenvolvimento da academia. O documento encontra-se transcrito no segundo volume da série *História dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos Reinados da Monarquia* de José Silvestre Ribeiro, publicado no ano de 1872 e que se encontra disponível na Biblioteca Nacional de Portugal.

Confirmando as pretensões da academia - transformar a reflexão científica em objeto de grande consumo e promover a criação de projetos que visam um desenvolvimento econômico e social do reino - o plano de estatuto inicia-se com uma declaração que expõe as intenções da mesma: “(...) á imitação de todas as nações cultas, esta Academia de Sciencias, consagrada à gloria e felicidade pública, para adiantamento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciencias e das Artes e augmento da indústria Popular” (ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA, 1872, p.39). Seguidamente, o plano apresenta incisos que nos mostram a dinâmica da academia, podemos destacar dentro de sua estrutura a divisão da produção científica em duas classes, os que indagarão o como e o porquê dos fenômenos naturais, e os que se dedicarão as qualidades e propriedades dos objetos. Os representantes da primeira classe são profissionais das áreas de: Química, Meteorologia, Anatomia, Botânica e História Natural. Já os estudos desenvolvidos pela segunda classe ficam sob responsabilidade de profissionais da Geometria, Astronomia, Mecânica e Aritmética. Houve ainda o estabelecimento de uma terceira classe, ligada as *Bellas Letras*, que tem como objetivo realizar pesquisas nos diversos ramos da Língua Portuguesa.

Em relação aos integrantes da academia, diversos incisos estabelecem o perfil dos sócios, e neles é possível perceber a característica intelectual e nobre do ambiente. Segundo o Plano de Estatutos, deveriam existir doze sócios, denominados honorários, eleitos entre as “(...) Pessoas condecoradas com as maiores Dignidades e Empregos do Estado” (ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA, 1872, p.41). A condução dos trabalhos de cada classe se dava pelos Sócios Efetivos, numa numeração de oito para cada uma das três totalizando vinte e quatro indivíduos, estes deveriam ser residentes pelo menos uma boa parte do ano em Lisboa e pelo menos dois deles poderiam ser escolhidos entre os “sogeitos dignos, empregados pelo Reino no ensino público das mesmas materias que a Academia propõe (...) tirados do Corpo da Universidade ou dos Professores públicos” (ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA, 1872, p.40). Havia ainda a existência de sócios que deveriam ser correspondentes “tanto do Reino como fora d'elle, aos quaes há de ser devedora de grande parte de seus progressos” (ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA, 1872, p.41), os que eram recebidos de forma supranumerária pela academia e os estrangeiros que deveriam ser escolhidos entre os mais “insignes pelas suas letras e famosos pelas suas obras” (ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA, 1872, p.41). A divisão dos sócios nos permite perceber que a academia, assim como qualquer outra sociedade de letrados da época, foi fundada sobre uma base aparentemente paradoxal que era expressa, segundo Silva pela

(...)coexistência entre uma pulsão igualitária, típica das sociedades de letrados, e uma desigualdade social estruturante característica do seu contexto de Antigo Regime. Todos os sócios, dentro de cada uma das categorias – honorários, efetivos, livres ou correspondentes – são iguais entre si e, no entanto, todos eles diferem pela sua marca social e profissional. (SILVA, 2015, p. 48)

Os demais assentos do Plano de Estatutos dizem respeito a organização dos cargos da academia e a função dos mesmos. O posto máximo era delegado ao Presidente, que poderia ocupar a função por um ano e deveria ser retirado entre os sócios efetivos ou honorários. As finanças da casa ficavam na mão de um Tesoureiro, ou depositário, que assim como o presidente, deveria ser retirado entre os sócios efetivos e honorários. Havia ainda os Diretores, que eram retirados de dentro de cada classe, o Secretário e o Orador.

O Plano ainda estabelece as regras para a apresentação dos trabalhos produzidos pelos membros da academia, esses deveriam ser lidos em assembleias semipúblicas e posteriormente essas memórias deveriam ser oferecidas a academia para que esta pudesse publicá-las de forma integral ou em partes.

Dessa forma, a análise do Plano de Estatutos da Academia Real das Ciências de Lisboa, aprovado em 1780, nos permite ter uma luz sobre como se orientava as linhas programáticas da academia e como essas regras definiam as produções da instituição. Esta regulamentação nos mostra em que medida uma instituição de caráter científico, permanece refletindo aspectos de âmbitos políticos, sociais e econômicos da sociedade portuguesa do antigo regime.

Bibliografia

- ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA. “Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Ciências de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade”. In: RIBEIRO, José Silvestre. **Historia dos estabelecimentos científicos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia**, tomo II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1872
- CARDOSO, José Luíz Miranda. **O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia, Lisboa, 1988.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779”. *Educar*, Curitiba, n.25, p.39-57, 2005.
- MERLO, Patrícia Maria da Silva. “Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos portugueses”. **Dimensões**, vol. 34, 2015.
- SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia**. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Lisboa. 2015.

SOARES, Luis Carlos. “O nascimento da ciência moderna: os caminhos da revolução científica nos séculos XVI e XVII”. In: _____. **Da Revolução Científica a Big (Business) Science**. São Paulo: HUCITEC; Niterói EdUFF, 2001. p. 17-66.